

P. Alegre, 8 de Novembro de 1954.

NUMERGS - IFCH/UFRGS

N.º ARQ. 002

N.º DOC. 1713

Presado amigo e chefe, dr. Pilla.

Não são boas as notícias. Daí porque, por certo, fui eu o designado para transmiti-las ao senhor, neste relatório semi-oficial do D.R.

Nossos amigos do PSD, após a vitória, parece terem esquecido - sem surpresa maior, para ninguém, aliás... - que houve uma Frente Democrática para as eleições. Impacientava-se e alarmava-se o Décio, com seu velho faro político, com o silêncio e omissão de nossos aliados que, depois do pleito, nenhuma reunião convocavam. Os diz-que-diz tomavam vulto e, finalmente, tomaram corpo, por nos chegarem através de companheiros qualificados e idônea. Provocada a reunião - e abstraindo de pormenores que só cabem em conversa direta - eis a súmula do que nosso Presidente oficialmente colheu. Meneghetti praticamente já tem todo o seu Governo delineado, ressalvadas pequenas correções e imprevistos. Ao P.L. destina a Secretaria da Fazenda porque, sendo os libertadores animosos, enérgicos, rígidos, com a necessária coragem para contrariar interesses, a eles se indica um tal posto. Assim foi dito ao Décio, quando este, diante do teor vago e impreciso com que a conversa se arrastava, conscientemente se decidiu à inconveniência de aludir ao desejo - de parte de um grande setor partidário - de ser entregue a um libertador a S. da Educação. Não; esta será para a UEN - foi dito. Para o P.L., a que eu tenho é a da Fazenda... Há mais. Os nomes também estão decididos. Assim, por exemplo, o dr. Bonifácio Costa - que aderiu ao P.L. - durante a Campanha - já foi oficialmente convidado para o Dep. da Saúde, sem qualquer consulta prévia à direção partidária. Explicação: trata-se de cargo técnico, em que "não quero" política. Para a Educação, reservada à UEN, o convidado é o prof. Ivo Correia Mayer - pois, como explicou Meneghetti ao Décio, um dia depois da reunião, durante um jantar, "a UEN não tem ninguém". Assim, só havendo o Ivo, já foi enviada consulta a ele, na Europa, onde se encontra. O quadro, pois, é o seguinte. Ao P.L., a Fazenda; à UEN, a Educação; as outras três, ao PSD. Por coincidência, nestas outras - Interior, Agricultura e Obras Públicas - estão os maiores departamentos e autarquias do Estado. No Interior: Polícia, Brigada, Justiça, Cadeias e Foros. Na Agricultura: IENGA, Inst. Carnes, Campal, etc. Nas Obras Públicas: DNER, Viacão Férrea, Portos Rios e Canais, Saneamento, A Energia Elétrica está dependente diretamente do Governador. Durante o jantar a que acima aludí, Décio interpelou subita-

nente o Governador:- "A quem convidaste para a S. da Fazenda?" Depois de muitos engasgos, sem dizer que já havia convidado, nem o negar, disse o interlocutor que o nome lembrado era ótimo - um grande técnico e grande libertador: o Truda Palazzo.

Eis aí o quadro, que torna ociosos quaisquer comentários a um homem como o senhor. Devo frisar que tanto o Bonifácio Costa, como, especialmente, o Truda Palazzo, nos parecem excelentes. Idem, quanto ao Ivo Correia Meyer. O que falta a isto tudo é, porém, o que foi posto como condição essencial para a participação do PL: ser o governo coletivo. Não queremos apenas ótimos correligionários, grandes técnicos, em setores do governo; queremos um representante direto, pelo menos um, de nosso Partido, escolhido de acordo com sua direção, para atuar no governo e não numa Secretaria.

Dai, como consequência e resultado da reunião que realizamos especialmente para tal objetivo, o ofício, cuja cópia aqui incluo, que será entregue ao nosso Governador.

É evidente que lhe pedimos seu parecer e seu conselho, quer à posição já assumida, quer à conduta a seguir. O grave, para nós, não está na solução desta primeira crise. Está na manifestação de uma mentalidade incorrigível e incompatível com a nossa. Superada a primeira, quando surgirá a segunda? Lembra-se de sua cruel experiência de 1936, com o famoso "modus-vivendi"? Vamos reconegar, pois os homens variam mas o espírito do regime persiste em todos.

Outra: tratou-se, na reunião, provocado pelo PSD, doutro assunto - a nomeação de um representante credenciado da Frente Democrática, aí no Rio, para, em nome dela, entender-se com o governo Café Filho. O Chefe da Casa Civil já solicitara esta providência, pois, desejando o governo federal, sanear a máquina administrativa, queria indicações de pessoas idôneas, bem-quisitas da nova situação estadual. Nome sugerido: Adroaldo Mesquita da Costa. Apenas. O veto do Décio causou surpresa e consternação. Porque? Mas porque os libertadores não gostam do Adroaldo? Décio foi candidamente explícito: pela mesma razão que o Diabo tem horror à Cruz: Adroaldo é a Cruz, eu sou o Diabo... E não se falou mais no caso...

Aí está o prato com que o distinguimos, presado professor rogando-lhe sua palavra, seu conselho, sua crítica. Não lhe preciso dizer de nosso desencanto e decepção. Eu, pessoalmente, vejo com pessimismo + e aqui o termo cabe e eu o adoto - o caso riograndense e, muito mais, o da sucessão presidencial da República. Sem a sua emenda, isto vai tudo águas abaixo, professor. Vamos para uma ditadura em 1965 ou para uma convulsão muito maior em 57 ou 58.

"ESTADO DO RIO GRANDE" - A carta não seria completa sem tratar de nosso pesadelo permanente. Vai mal, muito mal, obri-

gado. O seu Cidade deixou a gerencia, à franceza, de uma hora para outra, sem satisfações nem explicações, deixando-a num caos de dividas. Estamos providenciando o recebimento de 300 contos na Prefeitura (contas atrazadas) e com isto equilibraremos o que há de essencial. Estamos, doutra parte, em negociações para conseguir-finalmente, um gerente-gerente. Trata-se de homem novo, com as melhores referencias, que trabalhava na gerencia do Jornal do Dia, desde sua fundação. Era lá, agora, sub-gerente. Desentendeu-se com os padres em matéria de dinheiro (fato mais ou menos virgem...) Se o caçarmos, iremos melhorar. O Gay, que já retornou à publicidade, exclusivamente à publicidade, está começando a produzir satisfatoriamente.

Por fim, o caso de seu Audy, o homem do aumento de capital para 25 milhões. Após estudos, investigações e meditação, decidimos não fazer contrato com este cidadão. o negócio não podia ser melhor para êle e mais aleatório e duvidoso para nós. Ele teria, sempre e logo, assegurados 17% do valor do capital subscrito. Se, no fim de 6 meses, houvesse conseguido somente 5 milhões de subscrição, receberia, teria recebido, 17% disto, não renovaria o contrato ou o rescindiria (conforme clausula expressa) e nos deixaria com o encargo de promover a cobrança de 83% dos 5 milhões... Acresce ponderar: a) a nebulosa situação financeira do país, com um retraimento de crédito e de negocios que, sendo altamente conveniente para o Brasil, torna difficilissima uma operação como a desejada por nós; b) a necessidade de termos, concomitantemente com o aumento de capital, um ou dois verdadeiros diretores de empresa e de jornal, pois, do contrario, nem saberemos que fazer com o dinheiro angariado. (O Saí Marques declinou de nosso convite e aqui não há a quem recorrer). A respeito do assunto, entretanto, ficou assentado que eu procure o Haroldo Balaguer e o Jair Sgrilo, pessoas de peso e critério, nossas amigas e entendidas no ramo para tomar conselho antes de adotarmos uma decisão final. Está bem?

E'só isto. Como o senhor vê, afóra os desastres e mortes, nada há a lamentar...

Acerte os abraços de todos os companheiros de Diretório e do Partido, que lhe são enviados por intermédio deste escrivão-mor e menor de seus admiradores e amigos,

ex-  
com.  
J. Sgrilo